EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA E SUA INSERÇÃO NO MUNICÍPIO DE LADÁRIO - M.S.

I Congresso Nacional de Práticas de Ensino na Educação Inclusiva, 1ª edição, de 01/08/2024 a 02/08/2024 ISBN dos Anais: 978-65-5465-106-6

MOURA; Autora: Enedina Santos de 1

RESUMO

Este artigo tem por objetivo descrever a experiência retratada durante meados de dois mil e onze e dois mil e doze, no município de Ladário - M.S, onde novas estratégias de ensino e uma rede de apoio precisaram ser implantadas a fim de auxiliar às práticas educativas de alunos com necessidades educacionais especiais e ainda discorre sobre o processo de angustiante dos profissionais de educação, bem como os atendimentos com pais e alunos especiais, passando pela concretização das salas de recursos multifuncionais. Diante das observações e relatos dos professores, pais e alunos, novas propostas educacionais precisaram ser tomadas para que pudéssemos avançar com a educação especial inclusiva e principalmente para transmitir mais confiança no trabalho dos professores e evitar a evasão escolar dessa clientela.

Durante a minha inserção no curso de Pedagogia na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, tive várias experiências incríveis no curso. Em meio as idas e vindas no curso por questões particulares, consegui me formar e embora não tenha sido muito fácil a minha trajetória acadêmica, consegui aproveitar e conhecer novas estratégias de ensino e principalmente, tive a oportunidade de assistir os avanços relacionados à inclusão de alunos no Brasil e principalmente no nosso estado e municípios.

Mas foi quando assumi meu cargo como Gestora de Atividades Educacionais, no então denominado Núcleo de Apoio à Educação Inclusiva, na Secretaria Municipal de Educação, onde fui mais impactada pela abrangência da educação inclusiva e mesmo tendo aulas no currículo universitário com uma professora fantástica, Mônica Kassar, percebi que ainda tinha um longo caminho a percorrer e aprender mais sobre a educação especial inclusiva. E nesse momento contei com a parceira incrível que me ensinou muito sobre o assunto, a psicóloga Claudia Elizabete Moraes, atualmente professora da mesma universidade que nos formou, a UFMS teve um papel decisivo para que realizasse outra pós graduação em Educação Especial e Inclusiva, que me abriu o leque para melhorar meu trabalho, pois me sentia insegura naquele momento.

Éramos responsáveis em dar suporte aos professores, alunos e pais sobre o processo de inclusão, pois alicerçada pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI,2008), onde promove a inserção de alunos especiais nas escolas regulares de ensino, sem o pressuposto "segregacionista" que algumas instituições transparecem, porém muitos educadores ainda não conheciam essa proposta de ensino, mesmo as primeiras leis no Brasil sendo debatidas desde a participação de nossos representantes na conferência de Salamanca, na Espanha em 1.994, o que causava muita angústia, medo e preconceito em certas situações.

Entendendo que a palavra inclusão nos remete a inserção e essa sempre foi a principal proposta das discussões para que todos tenham as mesmas oportunidades de qualificação, de crescimento pessoal e profissional, observei um certo desespero na fala de alguns professores que ainda hoje não estavam preparados para atender esse público, principalmente alguns alunos da educação especial, que requerem um olhar mais apurado para as adaptações curriculares, apoio pedagógico em sala de aula e principalmente na forma da avaliação desses educandos.

Essas questões sempre causaram espanto em alguns profissionais e na busca por um resultado uniforme, o que nunca foi o objetivo dessa modalidade de ensino, víamos professores extremamente exaustos, assustados e até deprimidos pelos resultados que lhes eram suscitados, foi então que começamos a realizar palestras, a fim de instruir esses profissionais que não conheciam muito dessa forma de trabalho e começamos a realizar melhor o nosso papel, primeiramente foram realizadas a implantação de questionários para que os professores

expusessem suas dúvidas sobre a educação especial e diante dos questionamentos pudemos aprofundar mais nossos conhecimentos, afinal também tínhamos muitas questões a serem trabalhadas.

Nesse contexto, procuramos profissionais que pudessem nos ajudar a ampliar nossos conhecimentos, nos voltando ao município de Corumbá para solicitar a valiosa contribuição da nossa saudosa chefe do então CMADIJ, a senhora Sabah Roban, que nos forneceu algumas ideias de sua brilhante experiência com alunos especiais e fomos proporcionando formações com os professores da educação especial, convidando profissionais de outras cidades do estado para ministrar cursos de Braile e Libras, por exemplo e também participando de outros eventos para aprimorar nosso trabalho e repassar novos conhecimentos e também atendíamos pais e alunos inseridos na rede municipal de ensino, acalentando suas angustias e tentando melhorar a qualidade na educação.

Então começamos a ouvir os anseios dos pais diante da condição dos filhos nas escolas, as possibilidades e inseguranças, que eram atendidas pela psicóloga do Núcleo, enquanto articulávamos com outros parceiros tanto da saúde, como assistentes sociais, terapeutas, médicos e até agentes de segurança pública para que a rede de apoio fosse de fato efetivada e todos os alunos pudessem ser atendidos em todos os eixos do seu desenvolvimento.

Nós fizemos vários atendimentos com pais, alunos principalmente após a construção e inauguração das salas de recursos multifuncionais, incluindo visitas domiciliares, pois os casos eram os mais diversos e também realizamos formações e palestras com os professores e convidados para que pudéssemos acalmar as angustias que eram bem presentes cos relatos dos professores com alunos especiais, considerando fator mais importante quanto a avaliação desses alunos.

Concluindo, muito foi realizado nesse período e muitas dúvidas puderam ser esclarecidas, fazendo da educação do município de Ladário se tornar referência naquele momento e avançamos com o processo de inclusão no município vizinho. O trabalho em equipe se torna um fator imprescindível nessas situações e uma gestão consciente de seu dever pode ser capaz de melhorar a vida dos cidadãos, principalmente os mais necessitados

Referências Bibliográficass

BRASIL. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 9394/96**. Brasília: 1996. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/avaliacao.pdf. Acesso em 12 Fev. 2016.

BRASIL. Parecer CNE/CEB nº 17/2001, aprovado em 3 de julho de 2001 . Disponível em: http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/12888-parecer-e-resolucao-normativos-sobre-educacao-especial . Acesso em 22/07/2024

DECLARAÇÃODESALAMANCASobrePrincípios, Políticas ePráticas naÁrea dasNecessidadesEducativasEspeciais-Disponívelem: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf, Acesso em 15/03/2024

MINETTO, Maria de Fátima Joaquim *et al.* **Diversidade na aprendizagem de pessoas portadoras de necessidades especiais**. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2010.

PALAVRAS-CHAVE: Ladário, EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA, Professores